

## CONHECENDO O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA UHE QUEBRA-QUEIXO, SC

Ana Lucia Herberts<sup>[1]</sup>

### Introdução

O trabalho do arqueólogo deve estar relacionado de maneira bastante intensa com atividades de educação patrimonial, pois somente na medida em que se conhece o passado, mesmo parcial e fragmentado, é que se pode preservar os bens culturais remanescentes dos que habitaram em época anterior, e que se constituem no patrimônio da comunidade seja um pequeno fragmento arqueológico como um monumento de grandes proporções. (LANDA, 1996, p. 1).

No decorrer do Projeto de Resgate dos Sítios Arqueológicos da Área Diretamente Afetada na UHE Quebra-Queixo, SC propôs-se o desenvolvimento de atividades com o objetivo de envolver a comunidade na pesquisa arqueológica em andamento, divulgando os resultados obtidos sobre o patrimônio local.

A UHE Quebra-Queixo será implantada no rio Chapecó, situada entre os municípios de Ipuçu e São Domingos, na região noroeste do estado de Santa Catarina. Este projeto está sendo desenvolvido pela Scientia Ambiental Ltda que foi contratada pela empresa ETS - Energia, Transporte e Saneamento S/C Ltda, responsável pelo gerenciamento dos programas ambientais, com o apoio da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL.

Durante a realização dos trabalhos de campo, percebeu-se a necessidade de externar o conhecimento sobre a pré-história local para os professores, alunos e moradores atingidos pelo empreendimento. Nos contatos informais com a comunidade, verificou-se o interesse e a curiosidade sobre o material arqueológico encontrado, assim como o desconhecimento sobre o que é arqueologia.

Como se trata de um projeto de arqueologia de contrato, onde os programas e prazos já estão pré-definidos, em andamento e com os custos orçados, não havia mais a possibilidade de propor e

iniciar um Programa de Educação Patrimonial como um subprograma do Programa de Salvamento do Patrimônio Arqueológico.

Salientamos que um Programa de Educação Patrimonial vai muito além das ações pontuais aqui sugeridas. Requer um tempo hábil maior com atividades contínuas que possam resultar na reeducação, ou seja, na mudança de atitudes em relação ao patrimônio arqueológico. Necessita de um planejamento detalhado, com duração ampla, reunindo vários profissionais, inclusive da área de pedagogia. A proposta deve ter envolvimento efetivo da comunidade em prol de uma educação formal preocupada com o processo de aprendizagem.

Considerando os argumentos acima, foi proposta a realização de atividades piloto para divulgar e informar a comunidade local sobre a arqueologia regional, objetivando a conscientização e a preservação do patrimônio arqueológico.

## **LEGISLAÇÃO**

A legislação vigente prevê em seus dispositivos a realização de ações com fins científicos, culturais e educativos, mesmo em trabalhos de licenciamento arqueológico de contrato, como por exemplo, na etapa de implantação dos Programas Básicos Ambientais - PBAs para obtenção da Licença de Operação - LO.

A **Portaria nº 07**, de 01 de dezembro de 1998, estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos. No seu art. 5º-IV, alíneas 5-6, a Portaria determina que o plano de trabalho científico contenha “proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais” e “meios de divulgação das informações científicas obtidas”.

No seu art. 6º, parágrafo único, a Portaria diz que a decisão para pedidos de permissão e autorização caberá ao IPHAN que “considerará os critérios adotados para a valorização do sítio arqueológico e de todos os elementos que nele se encontrem do seu potencial científico, cultural e educacional”.

No art. 11-II e VII, designa que os relatórios técnicos devem ser entregues ao IPHAN

acompanhados das seguintes informações:

II – meios utilizados durante os trabalhos, medidas adotadas para a proteção e conservação e descrição do material arqueológico, indicando a instituição responsável pela guarda e como será assegurado o desenvolvimento da proposta de valorização do potencial científico, cultural e educacional;

(...)

VII – indicação dos meios de divulgação dos resultados

A **Carta de Lausanne** (1990), documento para a proteção e gestão do Patrimônio Arqueológico, em seu art. 7º, trata da apresentação, informação e reconstituição:

A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio essencial de fazê-lo acender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio.

A apresentação ao grande público deve consistir na popularização do estado corrente do conhecimento científico, devendo ser atualizada frequentemente. Para permitir o entendimento do passado, deve considerar múltiplas abordagens.

### **Educação Patrimonial: CONCEITUAÇÃO E EXPERIÊNCIAS**

Quando falamos de Educação Patrimonial, faz-se necessário definir o que se trata, o que afinal entende-se por Educação Patrimonial. No Brasil, a proposta de ações educacionais a partir do uso do patrimônio cultural foi introduzida na década de 80, baseado no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra, designado como *Heritage Education* (HORTA *et al.*, 1999, p. 5).

HORTA e outros (op. cit., p. 6) no *Guia Básico de Educação Patrimonial*, definem muito bem a expressão Educação Patrimonial em todos os seus âmbitos e sua aplicabilidade:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no

Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial buscar levar às crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

A educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimento e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente.

GRUNBERG (2000, p. 167-168) complementa que:

Os bens culturais são o ponto de partida do qual se originam um sem número de informações, conhecimentos e enfoques. Eles servem como fonte primária de observação aberta à exploração.

Neles se condensa um amplo leque de manifestações e relações humanas, tanto existidas como existentes. A proposta de utilizá-los como recursos educacionais, aplicando uma metodologia específica de trabalho, a chamamos de Educação Patrimonial.

Sendo assim, (...) os bens culturais funcionam como um recurso que pode se transformar num instrumento no processo de ensino.

HORTA (apud REGO, 2000, p. 213-14) em seu *Relatório de Visita Técnica e de reconhecimento da área do Reservatório da UHE Itá - SC*, tratou do desenvolvimento de uma proposta educativa a partir de uma situação específica, a implantação de uma usina hidrelétrica, mencionando que a Educação Patrimonial:

...baseia-se em princípios e metodologia que visam a sensibilizar e instrumentalizar os indivíduos de uma comunidade, no universo escolar e fora dele, crianças e adultos, para o reconhecimento, a compreensão e a valorização do seu patrimônio cultural.

Nesse sentido a Educação Patrimonial objetiva a capacitação de uma dada comunidade para a descoberta e identificação de seus próprios valores, de sua identidade cultural, de seus modos de fazer e de viver, de pensar e de agir, a partir de suas experiências e do seu cotidiano. Ao apropriar-se do sentido e da peculiaridade de suas manifestações, em todo os aspectos da vida diária, estes indivíduos tendem a modificar sua atitude em relação aos seus bens, tangíveis e intangíveis, a recuperar os sentimentos de auto-estima, auto-afirmação e cidadania.

Mas para ser efetiva, é preciso que essa mobilização parta do envolvimento direto dos membros da comunidade e seja por eles conduzida, com o apoio, incentivo e orientação dos técnicos especializados, partindo por outro lado, da discussão do cotidiano vivido em função da construção da usina, de sua necessidade e justificativa, e das alternativas e perspectivas de melhoria.

DEMARTINI (1996, p. 239) esclarece o papel do arqueólogo e de propostas educativas para a preservação do patrimônio cultural:

O desconhecimento da comunidade (...) frente ao seu patrimônio, requer o desenvolvimento de outros níveis de preparação para suprir o aspecto informativo. Este deverá ser integrado a um

processo formativo, que visa além da ampliação do repertório de conhecimento, a reflexão sobre as questões patrimoniais e ambientais, (...).

Através de uma estrutura dinâmica, o arqueólogo, enquanto educador, se coloca de forma a intermediar e facilitar este contato, inserindo o acervo como um recurso didático a ser utilizado. Dentro desta perspectiva, podem ser elaborados projetos específicos (...), que permitam o conhecimento e a valorização do patrimônio, garantindo através de propostas educacionais, o envolvimento da comunidade na sua preservação.

Podemos citar algumas experiências implantadas neste sentido, tanto em iniciativas acadêmicas de extensão à pesquisa científica como as aplicadas em grandes empreendimentos frutos de licenciamentos ambientais, tais como usinas hidrelétricas.

Uma das experiências pioneiras, aplicando a metodologia de Educação Patrimonial no Brasil, foi realizada pelo Museu Imperial de Petrópolis em 1983, quando realizou o 1º Seminário *Uso Educacional de Museus e Monumentos* (HORTA, 1984).

O Projeto Regional de Educação Patrimonial da Quarta Colônia Italiana foi desenvolvido no Rio Grande do Sul a partir de 1993, com duração de 4 anos, de forma planejada e sistemática, abrangendo 9 municípios. Trata-se de uma iniciativa extraordinária de desenvolvimento sustentável apoiado sobre o patrimônio comunitário, tendo como base três recursos essenciais: o patrimônio natural, cultural e o recurso humano da comunidade (ITAQUI & VILLAGRÁN, 1998).

No Museu Joaquim José Felizardo em Porto Alegre foram implantadas em 1996 oficinas de arqueologia “onde os alunos experimentariam algumas das atividades desenvolvidas pelos arqueólogos, ao mesmo tempo em que entrariam em contato com os objetos da cultura material resgatados durante os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores” (LANDA, 1996, p. 1).

Entre as experiências de Educação Patrimonial desenvolvidas em empreendimentos hidrelétricos pode-se mencionar as da UHE Serra da Mesa (GO), UHE Itá e outros como a UHE Corumbá (GO).

Na UHE Serra da Mesa (GO) foi implantado o Subprograma de Devolução Social e Multimeios

pelo Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, que compunha mostras itinerantes, software educativos, vídeos e documentação visual. (MARTINS, 1997)

O *Programa Arca de Noé*, intitulado originalmente como *Programa de Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico-cultural da região atingida pelo reservatório da UHE Itá*, foi um dos programas contemplados no Programa Ambiental do EIA-RIMA da Usina Hidrelétrica de Itá e implantado a partir do ano de 1994. A estratégia adotada foi à realização de um fórum[2], com a participação, além dos técnicos, das administrações municipais, das lideranças e membros das comunidades locais. Num segundo momento, foram oferecidas três oficinas, reunindo “representantes de diferentes municípios que durante 3 dias receberam informações teóricas e realizaram experiências práticas, visando sua sensibilização para a preservação da memória e do seu patrimônio histórico-cultural” (REGO, 2000, p. 214).

Na UHE Corumbá implantada no estado de Goiás não foi realizado exatamente um programa de educação patrimonial, não previsto no contrato entre Furnas e a UCG, mas foram aproveitados os resultados dos projetos de levantamento e resgate do patrimônio arqueológico e do patrimônio histórico-cultural, de responsabilidade do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás - UCG, para o desenvolvimento de uma cartilha intitulada *Cuidando do Patrimônio Cultural*, amplamente divulgada e discutida com as comunidades e autoridades locais, e também utilizada como texto de apoio para projetos similares posteriores (ATAÍDES, MACHADO E SOUZA, 1997).

#### **ATIVIDADES PROPOSTAS x atividades realizadas**

As atividades propostas a serem implantadas durante o desenvolvimento do programa de Salvamento do Patrimônio Arqueológico foram: veiculação de matérias nos informativos do empreendimento, palestras/oficinas, confecção de um kit de material educativo de arqueologia, visitas guiadas aos sítios arqueológicos, participação no curso de capacitação de professores, divulgação científica e a realização de exposições com os resultados da pesquisa. Na realidade, poucas destas atividades foram efetivamente executadas, quer por falta de recursos financeiros, quer por falta de sensibilidade do empreendedor.

A iniciativa de veicular matérias nos informativos do empreendimento **Quebra-Queixo Boas Novas e Fauna & Flora** do Programa de Educação Ambiental foi implementada. Foram publicadas três matérias nestes informativos procurando divulgar e informar a rede escolar e a comunidade local sobre a arqueologia regional.

Previa-se a realização de palestras dirigidas à rede escolar municipal e estadual dos municípios de Ipuacu e São Domingos, contemplando, também, as escolas indígenas. Somente em nível superior, foi possível trabalhar com graduandos de História da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC e da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Outra proposta era confeccionar um kit de material didático-pedagógico arqueológico de referência, tipo mostruário, para ilustrar e dar subsídios às palestras. O kit conteria peças arqueológicas significativas, tais como mão-de-pilão, lâmina de machado, fragmentos cerâmicos e outras sem referência científica e sem contexto arqueológico. Estas peças seriam cedidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN através de autorização da guarda para Scientia Ambiental. O material proporcionaria o contato direto com o concreto, uma vez que ambos os municípios não possuem museus ou centros que reúnam material arqueológico, os quais poderiam dar subsídios didáticos.

Acredita-se que o manuseio deste tipo de material desperte a curiosidade das crianças, de modo que possam reconhecer e correlacionar com os vestígios encontrados muitas vezes em suas propriedades. Pois, “a presença (...) de objetos e referências a lugares conhecidos da população faz com que eles deixem de ser vistos como algo abstrato para se tornarem identificáveis, pois fazem parte do universo regional conhecido” (DEMARTINI, 1996, p. 239). A partir do material arqueológico, os professores poderiam desenvolver várias atividades lúdicas e pedagógicas em sala de aula, enriquecendo o ensino.

A atividade de realizar visita guiada a sítios arqueológicos era atender turmas escolares, procedentes, principalmente, das escolas locais e atingidas pelo empreendimento para acompanhar o trabalho de resgate em campo. Para isso, foram selecionados, a priori, dois sítios arqueológicos ilustrativos, de fácil acesso e que não ofereceriam riscos: um acampamento superficial e uma casa subterrânea.



Permitir o acesso de visitantes a uma escavação de um sítio arqueológico é, geralmente, uma oportunidade única de aprendizagem, pois possibilita conhecer uma escavação, acompanhar a pesquisa acontecendo e ver peças arqueológicas serem coletadas *in loco*. Vivenciar situações reais como estas são formas de aprendizagem ímpar. Conforme DEMARTINI (1996, p. 236):

O trabalho de conscientização deve, ser profundo e constante, pois sabemos que esse processo ocorre de forma lenta e gradual. No entanto, a partir do momento em que se consiga mostrar que através da escavação vão sendo recuperados gestos, costumes, enfim. Um pouco da vida de pessoas que ocuparam esses espaços a centenas ou milhares de anos antes de nós, talvez possa surgir o interesse e um maior respeito pelas coisas do passado.

Para realizar a visitação ao sítio arqueológico, algumas medidas são necessárias, tais como: a demarcação de áreas de isolamento que garantam a integridade do visitante e a preservação da escavação, protegendo-a de possíveis pisoteios sobre quadriculas e material arqueológico, o que poderia prejudicar a pesquisa. Outra questão a ser respeitada é o número de visitantes, que deve ser reduzido, para proporcionar um bom atendimento.

Por determinação do empreendedor, somente as pessoas maiores de idade foram autorizadas a visitar e desenvolver atividades na área da usina hidrelétrica. Neste sentido, foi realizada uma saída de campo com os alunos de graduação do curso de licenciatura em história da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Também, informalmente, os moradores locais que visitavam ou acompanhavam os trabalhos de resgate arqueológico foram atendidos e informados sobre a pesquisa arqueológica em andamento na região.

Sugeriu-se a realização de exposições temporárias/itinerantes e / ou permanentes com os resultados da pesquisa. Segundo a experiência do Museu Municipal de Iguape, sua exposição “foi concebida visando transmitir alguns princípios básicos para o entendimento do trabalho arqueológico, procurando desmistificar a imagem da arqueologia ligada a grandes descobertas e que pode ser feita por qualquer pessoa com espírito aventureiro” (DEMARTINI, 1996, p.238).

As mostras itinerantes percorreriam as escolas da rede municipal e estadual, inclusive as escolas indígenas, centros comunitários e outros espaços públicos permitindo o alcance de um

número maior de alunos, professores e comunidade em geral. Esta mostra proporcionaria aos professores do ensino fundamental e médio a utilização didático-pedagógica das informações sobre arqueologia contempladas nas exposições para o subsídio do ensino da pré-história.

Outra opção seria aproveitar o Centro de Atendimento ao Visitante – CAV, utilizando o espaço que o centro possui para montar uma exposição temporária que poderia contemplar, além da pesquisa arqueológica, os resultados dos demais programas de pesquisa, como o histórico, o antropológico e os bióticos, propiciando uma integração dos conhecimentos produzidos sobre a região, gerados em função do empreendimento.

Neste local, poderiam ser expostas peças arqueológicas significativas e didáticas, caso houvesse espaço adequado, garantindo a integridade das mesmas. Pensando nisso, a equipe de pesquisa da Scientia Ambiental cadastrou os moradores que possuem materiais arqueológicos como, por exemplo, lâminas de machado, mãos-de-pilão, pontas-de-projétil que poderiam ser utilizadas para dar subsídios e ilustrar a exposição. Trata-se de peças arqueológicas sem valor científico, pois não possuem mais o contexto arqueológico. Os moradores foram convidados a doar ou ceder as peças arqueológicas, tanto para o estudo em laboratório, bem como para a realização de uma futura exposição.

Quanto à divulgação científica do *Projeto de Resgate dos Sítios Arqueológicos da Área Diretamente Afetada da UHE Quebra-Queixo, SC* está sendo realizada amplamente através de encontros, simpósios e congressos, tanto regionais quanto nacionais.

---

[1] Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e pesquisadora da Scientia Ambiental.

[2] I Fórum sobre o Resgate da Memória e do Patrimônio Histórico Cultural da região atingida pelo reservatório da UHE Itá.



